

DOI: 10.30612/frh.v24i44.16522

A MANUTENÇÃO DO PATRIARCADO ATRAVÉS DA IMAGEM DE UM NOVO HOMEM NA *REVISTA CLAUDIA* (DÉCADA DE 1990)

Maintenance of the patriarchy through the image of a new man in *Revista Claudia* (1990's)

El mantenimiento del patriarcado a través de la imagen de un hombre nuevo en la *Revista Claudia* (Años 90)

Douglas Josiel Voks

Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Professor da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS)
Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil
douglas_voks@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7725-4389>

Vivian da Veiga Silva

Doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS / Campus Pantanal)
Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil
vivian.veiga@ufms.br
<https://orcid.org/0000-0002-8512-340X>

Recebido: 16/11/2022

Aprovado: 22/12/2022

Resumo

A *Revista Claudia*, no decorrer de sua existência, expressa a ideia de que veicula em suas páginas ideais de liberação e autonomia feminina. No entanto, um olhar mais atento em suas matérias permite visualizar discursos que legitimam a manutenção das estruturas patriarcais. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar de que forma os discursos voltados para as mulheres, presentes da *Revista Claudia*, serviram para remodelar os privilégios de uma sociedade patriarcal. Ou seja, como os seus discursos ajudaram a criar e legitimar a ideia de um “novo homem”, que estava envolto em uma tecitura muito densa, que criou mecanismos para exacerbar o machismo e reafirmar práticas patriarcais. Para tanto, sob uma perspectiva foucaultiana, realizamos a análise do discurso de colunas e matérias especiais da década de 1990, bem como uma discussão sobre patriarcado a partir de diálogos com teóricas feministas.

Palavras-chave: Revista Claudia. Masculinidades. Patriarcado.

Abstract

Revista Claudia, throughout its existence, expresses the idea that it conveys in its pages ideals of liberation and female autonomy. However, a closer look at their articles allows us to see discourses that legitimize the maintenance of patriarchal structures. In this sense, the objective of this article is to analyze how the discourses aimed at women, present in *Revista Claudia*, served to remodel the privileges of a patriarchal society. That is, how their discourses helped to create and legitimize the idea of a “new man”, which was wrapped in a very dense weave that created mechanisms to exacerbate machismo and reaffirm patriarchal practices. To do so, from a Foucauldian perspective, we carried out a discourse analysis of columns and special articles from the 1990s, as well as a discussion on patriarchy from dialogues with feminist theorists.

Keywords: Revista Claudia. Masculinities. Patriarchy.

Resumen

La *Revista Claudia*, a lo largo de su existencia, expresa la idea de que transmite en sus páginas ideales de liberación y autonomía femenina. Sin embargo, una mirada más cercana a sus artículos permite visualizar discursos que legitiman el mantenimiento de las estructuras patriarcales. En ese sentido, el objetivo de este artículo es analizar cómo los discursos dirigidos a las mujeres, presentes en la *Revista Claudia*, sirvieron para remodelar los privilegios de una sociedad patriarcal. Es decir, cómo sus discursos ayudaron a crear y legitimar la idea de un “hombre nuevo”, que se envolvía en una textura muy densa, que creaba mecanismos para exacerbar el machismo y reafirmar las prácticas patriarcales. Para ello, desde una perspectiva foucaultiana, realizamos un análisis del discurso de columnas y artículos especiales de la década de 1990, así como sobre el patriarcado a partir de diálogos con teóricas feministas.

Palabras clave: Revista Claudia. Masculinidades. Patriarcado.

Introdução

Em 1991, uma matéria da *Revista Claudia* afirmava: “(...) admitir a infidelidade não leva automaticamente ao divórcio. Ao contrário, pode ser a salvação do casamento”. Apesar de, supostamente, defender uma bandeira feminista, esse é um discurso típico da *Revista Claudia*, que objetivava criar e reproduzir um pensamento subserviente das mulheres em relação aos homens. Porém, esses discursos são camuflados pela ideia de libertação e autonomia feminina sobre seus corpos e suas vidas.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar de que forma, nas páginas da *Revista Claudia*, os discursos voltados para as mulheres serviram para remodelar os privilégios de uma sociedade patriarcal. Ou seja, como os seus discursos ajudaram a criar e legitimar a ideia de um “novo homem”, que estava envolto em uma tecitura muito densa, que criou mecanismos para exacerbar o machismo e reafirmar práticas patriarcais. Junto de uma discussão teórica sobre masculinidade e patriarcado, busca-se responder os seguintes questionamentos: quem é o “novo homem”? Como se estabelecem as novas práticas machistas? De que forma a revista colaborou com a manutenção das estruturas patriarcais?

Para este estudo, foi realizada uma detalhada investigação nas fontes documentais, pesquisando as edições publicadas da *Revista Claudia* na década de 1990. Entre artigos e peças publicitárias, foram selecionados inicialmente mais de 100 documentos, que serviram como fonte indireta para compreender a estruturação da revista frente ao tema pesquisado. A partir dessa triagem inicial, utilizou-se as palavras-chave “novo homem” e “machismo”, além de reportagens que nos remetessem à estruturação do patriarcado mediante uma discussão elaborada por perspectivas de teóricas feministas. Assim, chegamos a 9 artigos que serviram como fonte direta de pesquisa. Em termos metodológicos, os artigos selecionados foram analisados pela ótica da análise do discurso proposta por Michel Foucault (1996) e denominada de “arqueologia”, visando apreender como são construídos determinados sujeitos sociais a partir dos movimentos no âmbito da ordem do discurso.

Um novo machismo para um novo homem

Através de complexas relações de poder, vários mecanismos sociais são acionados para legitimar uma série de privilégios que marcam o cotidiano masculino. Segundo Pedro Paulo de Oliveira (2004, p. 143), “(...) os homens de classe média, quando se olham no espelho, se veem

como seres humanos universais generalizáveis. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências”. Por consequência, os homens assumem esses privilégios de forma consciente, mas também, naturalizada, como algo intrínseco à condição masculina que não desejam perder.

A partir da crítica feminista, os privilégios atribuídos aos homens são desnaturalizados e passam a serem vistos como construções históricas. Entre os anos de 1960 e 1970, os movimentos feministas, buscando uma sociedade mais igualitária, confrontaram diretamente esses privilégios. Nos meios acadêmicos, vários questionamentos foram discutidos e uma série de discursos sobre as mulheres começou a ser produzida, abalando sociedades marcadas pela dominação masculina. Porém, esses questionamentos abriram um caminho para novas possibilidades de construção de um corpo masculino que fugisse a uma normatividade hegemônica, visto que ser homem é algo muito mais complexo do que apenas traços inscritos no corpo; é portar “(...) um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados e lembrados” (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 83).

Existem, portanto, vários modelos de ser homem e ser masculino dentro de uma sociedade em um dado período histórico. No entanto, cada sociedade, em determinados momentos, constrói um modelo de masculinidade que se constitui como padrão cultural ideal, pelo qual os homens se medem (KIMMEL, 1998). Esse modelo, denominado de hegemônico, é formulado a partir de narrativas e representações culturais, que apontam como os homens devem ser, se comportar, do que devem gostar, se aproximar ou se afastar.

Por muito tempo, na sociedade brasileira, ser homem significou ser forte, viril, dominador e não fazer transparecer emoções. No entanto, a partir dos anos de 1970 e, sobretudo, entre as décadas de 1980 e 1990, a ideia de homem passou a ganhar novas possibilidades, sendo utilizada a expressão “novo homem” para evidenciar quais comportamentos e atitudes estavam passando por mudanças. O “novo homem”, em termos de comportamento, era o oposto ao modelo normativo que se seguia até então. Ele deveria ser comedido e cordial com os seus pares, romântico e sensível com as mulheres. O modelo tradicional de masculinidade não se sustentava mais diante das mudanças ocorridas nas relações sociais, afetivas, sexuais e de trabalho. Assim, comportamentos que remetessem à agressividade, violência ou desprezo pelas mulheres passaram a ser vistos como ultrapassados (VOKS, 2019).

Nas páginas da *Revista Claudia* nos anos de 1990, pode-se observar diversas ações discursivas que objetivaram apresentar esse “novo homem”, com comportamentos que, segundo o periódico, seriam mais condizentes com a forma como a sociedade brasileira vinha se estruturando, principalmente em torno das mudanças e dos avanços encampados pelas mulheres. Em uma edição especial de agosto de 1991, na capa da revista foi apresentado o editorial “Homens: por que eles são como são? Por que eles querem mudar? O que esperam de nós?”. As três perguntas são significativas porque, por meio de uma série de artigos, buscava-se ilustrar cenas do cotidiano de homens brasileiros brancos, urbanos e de classe média, que se demonstravam abertos às mudanças sociais e culturais que o Brasil atravessava. Em uma das matérias, intitulada “Novo Homem”, na qual se discutiu os novos comportamentos sociais que passavam a ser aceitos para os homens e, também, pelos próprios homens, afirmou-se que:

(...) O sexo “forte” está aceitando com maior tranquilidade as suas próprias fraquezas. Antigamente, homem que era homem tinha que saber tudo, tinha que dominar suas emoções e esconder suas limitações. Isso está ultrapassado (...) A vanguarda masculina já consegue partilhar suas necessidades e carências. Já pode relaxar, enfraquecer, receber. Sabe que perdeu como “máquina” – uma máquina de fazer sexo, dinheiro, de manter a autoridade – e não se ressentido disso. (...) Mais flexível e sensível, o novo homem rejeita a máxima “me quebro, mas não me dobro”. Tenta superar alguns velhos mitos, como aquele que o impede de revelar a sua vulnerabilidade. (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1991, p. 90).

As afirmações remetiam à ideia de um “novo homem”, que buscava acompanhar as mudanças ocasionadas pelos movimentos feministas. No Brasil, a década de 1970 foi significativa para o movimento feminista, por ser um momento de construção de diversas lutas e agendas políticas em busca de espaços e mudanças para as mulheres. Em âmbito internacional foram anos favoráveis pois, segundo Joana Maria Pedro (2006, p. 250), através da atuação dos movimentos feministas, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou 1975 como o Ano Internacional da Mulher e de início da Década da Mulher. As conquistas, como o controle reprodutivo e a revolução sexual, transformaram a vida cotidiana, as relações familiares, as expectativas pessoais e a moral sexual (CESTARI, 2011, p. 23). Além disso, a imprensa teve um papel importante ao discutir publicamente assuntos de âmbito privado e dar visibilidade às reivindicações do movimento ao longo das décadas de 1970 e 1980, o que contribuiu para novas mentalidades e perspectivas para as mulheres. E se as mulheres estavam mudando, passou-se a

abrir possibilidades para que os homens mudassem também, sendo aceitos novos comportamentos e novas representações que caracterizavam os homens.

Na mesma matéria, apesar de ilustrar-se um “novo homem”, foi afirmado que “(...) nem tudo é tão cor-de-rosa. Os homens estão passando por uma fase de indefinições e conflitos, uma verdadeira crise de identidade” (REVISTA CLAUDIA, 1991, p. 90). A ideia de uma crise de identidade remete à perspectiva masculinista, que ganhou força nos anos de 1990 após a criação, na década anterior, dos *Men's Studies* ou estudos masculinistas, que se preocupavam com o despertar de uma consciência dos homens em relação às prescrições sociais restritivas para o comportamento masculino, a qual, como apontavam os estudos, causariam diversos malefícios físicos e psíquicos (OLIVEIRA, 2004, p. 172). Assim, preocupados em solucionar o suposto mal-estar da masculinidade contemporânea, tentavam resolver os problemas que se apresentavam.

Os estudos masculinistas utilizavam do gênero em suas análises e passaram a considerar que, assim como as feminilidades são construções históricas, as masculinidades também o são e, por isso, são mutáveis. Apesar de estarem ancorados no gênero, esses estudos produziam discursos que colocavam os homens como vítimas de sua própria condição. As argumentações ajudaram a estabelecer uma percepção de crise, apostando veementemente na vitimização do gênero masculino. Na matéria “O cansaço dos guerreiros” (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1991, p. 94), buscou-se “dissecar” o subconsciente masculino, como se percebe no seguinte trecho: “(...) o homem não é vilão, sofre pelos mesmos problemas – carência afetiva e instabilidade emocional – e também quer mudar. E o que impede a mudança? A esmagadora pressão cultural que nos mantém presos aos papéis tradicionais (...)”. Mas a pergunta que se pode fazer é: qual mudança se desejava? Aquela que acabaria com os privilégios ou aquela que estabeleceria um “novo homem”, com uma nova forma de exercer o seu machismo?

A ideia de um “novo homem” acompanhou o desenvolvimento dos movimentos feministas, sendo construída nos anos de 1970 e consolidada na década de 1990. Porém, o “novo homem” estabelecia-se como verniz que trazia mudanças na aparência e em alguns comportamentos, mas não significava uma mudança radical, uma vez que as estruturas de dominação não foram alteradas e os homens continuavam em uma posição de superioridade em relação às mulheres, ou seja, continuavam reproduzindo machismo, porém de uma forma que parecia ser mais suave e, às vezes, imperceptível.

Por um lado, os discursos da revista buscavam desenhar um “novo homem”, sensível, que compreendia as mulheres e as respeitava. Por outro, configuravam as mulheres como submissas a esse homem. Na edição de julho de 1991, a coluna “Vida a Dois” problematizou os casos de infidelidade conjugal por parte dos homens:

(...) Um homem se sente mais próximo de uma mulher – seja qual for – quando partilha seus segredos. Ele não se sente à vontade com ninguém para quem esteja mentindo. Se você engana sua mulher, enquanto divide seus pensamentos e sentimentos mais íntimos com outra, naturalmente se apaixonará por ela e já não se sentirá apaixonado por sua mulher. É por isso que ter um caso não significa necessariamente que você não ama sua mulher. Veja o que acontece quando você diz a verdade à sua esposa e começa a mentir para a “outra”. Portanto, se é que ainda não fez, conte tudo à sua mulher, diga-lhe a verdade, tão simples e diretamente quanto possível. Faça com que ela saiba o quanto se sentiu mal com o seu comportamento e que você está se abrindo na esperança que ela compreenda, lhe perdoe e ajude a reparar todos os danos que causou ao casamento e a ela. (REVISTA CLAUDIA, julho de 1991, p. 40).

Na matéria evidencia-se a perspectiva da revista de criar uma imagem de mulher compreensiva e que está disposta a ajudar o seu parceiro. Nessas interlocuções, observa-se a estruturação de práticas machistas, das quais os casos de infidelidade masculina são compreensíveis, enquanto a infidelidade feminina não seria aceita. Em uma entrevista na edição de agosto de 1991, um grupo de homens entre 28 e 40 anos, todos casados e com ensino superior completo, responderam a uma série de perguntas, sendo que uma delas foi sobre infidelidade e se era possível amar duas mulheres ao mesmo tempo. Na maioria das respostas, foi exposto que sexo e amor seriam coisas separadas, e que apenas sexo casual não seria uma traição, apenas se envolvesse amor. Porém, quando os entrevistados foram questionados se aceitariam a infidelidade por parte de suas esposas, a percepção de traição mudou e muitas ressalvas foram pontuadas, como a percepção de que isso causaria um abalo na relação, de que seria uma situação “complicada”, ou seja, não evidenciando se aceitariam a traição.

A discussão sobre infidelidade feminina voltou a ser pauta em uma matéria de agosto de 1995, com o título “Sexo: 10 perguntas que toda mulher já pensou em fazer a um homem”. Foram ouvidos quatro homens entre 26 e 45 anos, todos com ensino superior e variando entre solteiros, casados e divorciados. Uma das perguntas abordou a questão da infidelidade, sendo questionado se eles romperiam uma relação caso fossem traídos:

(...) Romperia. Se a mulher (principalmente a mulher, homem é diferente) procurar outro para ter satisfação sexual é porque as coisas não vão bem. (...) Eu terminaria, ela escolheu outra pessoa para ter intimidade. Não dá mais para acreditar. (...) É lógico que sim. Na hora. Óbvio. Não admito traição. (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1995, p. 16).

As respostas a essa pergunta foram diretas. Não se aceitou por parte desses homens qualquer possibilidade de traição, diálogo, compreensão ou aceitação, como se esperava das mulheres, reafirmando a tolerância à infidelidade masculina, às estruturas machistas e patriarcais da sociedade. Apesar da revista sinalizar que estava dialogando com os homens, eram as mulheres o seu público leitor, do qual os discursos ajudaram na formação de um imaginário social sobre as relações e as posições sociais de homens e mulheres.

Ao longo das páginas da *Revista Claudia*, os discursos, tanto para homens quanto para mulheres, se voltaram para os corpos e suas representações de masculinidade e feminilidade. Porém, sob uma perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 2011), evidencia-se que o corpo não seria apenas o foco para os discursos, mas o elo entre as práticas diárias e a organização em larga escala do poder. Seria o discurso desse “novo homem” a materialização de um biopoder que orienta as relações entre os sujeitos e as construções de subjetividades sobre si e sobre outros. Dessa forma, a masculinidade do “novo homem” é construída não somente em oposição à feminilidade, mas em oposição aos homens que não se pautam nesse novo modelo. As representações, por serem carregadas de sentidos, intencionalidades e poder, atuam como propagadoras de identificações. Assim, a revista seria um espaço onde se produziu e reproduziu normatividades que moldaram masculinidades e feminilidades, entretanto, não sendo discursos voltados para os homens, mas para as mulheres, para que elas assimilem, aceitem e legitimem uma nova normatividade masculina.

O novo machismo e o “novo homem” como estratégias de manutenção e reprodução do patriarcado

A partir da discussão no item anterior, é possível afirmarmos que o novo machismo e o “novo homem” são construções discursivas e práticas que objetivam garantir a subalternização dos corpos femininos / feminilizados e, conseqüentemente, a manutenção e a reprodução do patriarcado. Dessa forma, é fundamental apresentarmos algumas reflexões teóricas acerca desse conceito e analisar como a *Revista Claudia* funciona como um instrumento para garantir a perpetuação da lógica patriarcal.

O conceito de patriarcado é uma importante formulação no campo da teoria feminista, sendo compreendido como “(...) uma forma de organização familiar e social em que o homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder” (LIMA & SOUZA, 2015, p. 515). Embora tenha sido amplamente criticado no decorrer do século XX pela possibilidade de homogeneizar a experiência feminina e invisibilizar outros critérios de exclusão e violência, como raça/etnia, o conceito foi revitalizado e sua validade destacada por diversas teóricas feministas:

(...) A atualidade do conceito está vinculado à existência de um discurso que ainda se vale dele como modelo ideológico para o estabelecimento das relações familiares e sociais entre homens e mulheres, modelo que naturaliza e legitima a dominação masculina, particularmente sobre a esposa e as filhas (...) (LIMA & SOUZA, 2015, p. 519).

Portanto, podemos compreender o patriarcado como o exercício de mando e poder em relação aos corpos femininos e feminilizados, servindo de justificativa para práticas e discursos violentos. Para Saffioti (2004), trata-se de um caso específico das relações de gênero, constituindo-se em uma forma de expressão do poder político e que modela as relações civis. Ainda de acordo com a autora (2004), o patriarcado é uma instituição histórica, que se transforma nas mais diversas temporalidades, expressando diferentes facetas do pacto entre homens para garantir a submissão feminina. Portanto, não é possível abandonar a utilização do conceito de patriarcado, visto que “(...) Colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração (...)” (SAFFIOTI, 2004, p. 59).

Teóricas pós-coloniais e decoloniais têm empreendido esforços para historicizar o patriarcado, de maneira a reconhecer as interferências coloniais na produção e na reprodução dessa estrutura de poder. Refletindo sobre a especificidade das práticas e dos discursos opressores contra as mulheres latino-americanas, Paredes (2020, p. 18) aponta para a existência de um entronque patriarcal, ou seja, a articulação entre o patriarcado europeu (invasor e colonizador) e o patriarcado ancestral das sociedades invadidas:

(...) Por “entronque”, entendemos la relación de mutua afectación entre dos historias paralelas de construcción patriarcal, que se ignoraban mutuamente. Dos troncos que, al encontrarse, desarrollan una relación nueva, entre hombres y de los hombres hacia las mujeres. Pero por nueva, no más justa ni equilibrada, sino más compleja y solapada, diría. Esta relación tampoco elimina las diferencias entre ambos, de manera que queda todavía, la posibilidad de comprender las

características de cada tronco y de entender como este “entronque” sigue actuando y reconfigurando las relaciones de poder y dominación de los territorios andinos.

Com isso, se entende que as sociedades invadidas já se organizavam a partir de uma lógica patriarcal, ao que se somou as estruturas patriarcais europeias e coloniais, intensificando a subordinação feminina nos territórios invadidos. Em uma perspectiva similar e, também, pensando a realidade latino-americana, Segato (2003) distingue dois patriarcados: de baixa intensidade (comunitário) e de alta intensidade (moderno-colonial). De acordo com a autora, as sociedades colonizadas já apresentavam estruturas patriarcais antes das invasões coloniais, assim como o dualismo entre masculino-feminino, com claras distinções de papéis e de *status* para cada grupo. No entanto, com a colonização, essas distinções são acentuadas e transformadas em binarismo (masculino versus feminino), originando transformações contundentes nas estruturas das sociedades invadidas, bem como permitindo a existência e a continuidade de práticas e discursos violentos contra as mulheres:

(...) Em primeiro lugar, há uma superinflação da importância dos homens dentro da comunidade, dado seu papel de intermediários com o mundo externo – tradicionalmente, com os homens de outras casas e aldeias e, agora, com a administração branca. Em segundo lugar, os homens enfrentam a emasculação e a perda de *status* quando se aventuram fora de sua comunidade e enfrentam o poder da administração branca. Por fim, há uma super expansão do espaço público ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade, bem como um desmantelamento e privatização da esfera doméstica. Como consequência disso, a dualidade torna-se binarismo porque a esfera dos homens é definida como a epítome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada. (SEGATO, 2021, p. 102).

Portanto, para Segato (2016), o patriarcado é uma estrutura política que atravessa as sociedades humanas, apresentando diferentes configurações nos diversos contextos históricos e nos diversos sistemas culturais, funcionando como o pilar que sustenta todos os demais poderes em uma sociedade e que coloca como objetivo primário a apropriação e a submissão dos corpos das mulheres, constituindo esses nas primeiras colônias. Os homens emergem como os donos (de corpos, de territórios e de recursos) e o patriarcado como o sistema que garante essa titularidade, constituindo-se, simultaneamente, em norma social e em projeto de autorreprodução dessa lógica de subalternização.

Dessa forma, podemos compreender que a construção da ideia de um “novo homem” e, conseqüentemente, a emergência de um novo machismo, é a atualização do patriarcado, de maneira a se adequar à realidade social marcada por transformações e resistências promovidas pelas lutas feministas. Ao criar um simulacro de uma masculinidade não patriarcal, garante a perpetuação das estruturas patriarcais: práticas e discursos patriarcais envernizados com representações sociais que disfarçam as reais intenções de não alterar os privilégios masculinos e a subalternização feminina.

As páginas da *Revista Cláudia* na década de 1990 estampam diversos exemplos que nos permitem visualizar a operacionalização da lógica patriarcal de maneira a garantir a sua manutenção, apresentando velhas práticas e velhos discursos envernizados como expressões mais sutis, como é possível ver na matéria “Memórias de um machista arrependido”, de Moacyr Scliar:

Não era uma fatalidade biológica, uma mensagem imperiosa do código genético, mas a verdade é que eu dificilmente escaparia a uma sina machista. Em primeiro lugar, nasci no Rio Grande do Sul; e embora Porto Alegre, então uma simpática cidade, fosse muito diferente da agreste imensidão do pampa, ali se fazia sentir a cultura do gaúcho (...) (REVISTA CLÁUDIA, março de 1991, p. 52).

Aqui o autor expressa uma visão fatalista da cultura, como se essa fosse imutável e justificasse toda e qualquer prática e discurso machista. A religião também é citada para justificar a inevitabilidade do machismo: o autor afirma vir de uma família judia, com uma mãe judia que transbordava todos os estereótipos da maternidade, como carinho exacerbado e superproteção. Em cada linha, o autor contraria o título, não demonstrando arrependimento ou desejo de romper com as práticas e os discursos machistas, mas sim utiliza a trajetória de vida, a cultura, a religião e o processo de socialização como justificativas insuperáveis e deterministas para ser e continuar sendo machista. Se o essencialismo biológico foi superado, constrói-se a ideia de um essencialismo cultural, considerado mais brando, com a lógica patriarcal emergindo como o único destino possível para os homens.

A cultura também é utilizada com viés determinista e fatalista na matéria “O cansaço dos guerreiros” (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1991), no qual o autor estadunidense Warren Farrell reflete sobre o “novo homem” a partir de sua própria condição de feminista convicto que, inclusive, compôs a mesa diretora da *National Organization for Women*. Na citação a seguir é

perceptível a culpabilização das mulheres e da cultura pela dificuldade de os homens construírem formas não-patriarcais de masculinidade:

Na verdade, o homem não é vilão. Sofre pelos mesmos problemas – carência afetiva e instabilidade emocional – e também quer mudar. E o que impede a mudança? A esmagadora pressão cultural que nos mantém presos aos papéis tradicionais. (...)

(...) Ocorre que ambos os sexos estão conformados com os papéis culturais prescritos. Seu maior interesse é observar e aprender os truques que lhes dão prestígio e poder, não se preocupando em compreender a realidade do sexo oposto (...) (REVISTA CLÁUDIA, 1991, p. 94-95).

Ainda na edição de agosto de 1991, a revista apresentou a matéria “Casamento versão masculina”, no qual cinco homens brancos, com formação universitária e heterossexuais, discutem suas ideias sobre casamento, em um contexto em que o autor da matéria classifica como posterior à consolidação de reivindicações femininas por igualdade e no qual as mulheres desfrutariam de mais direitos. No entanto, o que explicita são expressões da confraria, que segundo Segato (2016), é a associação de homens que provam seu pertencimento ao grupo e renovam o mandato da masculinidade cobrando um tributo feminino, sendo esse a obediência, o reconhecimento dos privilégios masculinos e a subordinação.

(...) E, se em alguns momentos pode-se ter a impressão de que pouca coisa mudou no modo como os homens encaram um relacionamento a dois – os cuidados com as crianças parecem para a maioria como uma vocação estritamente feminina –, nota-se também um grande empenho em equilibrar o delicado arcabouço que é um casamento. O amor continua sendo o mais perfeito fiel dessa balança. (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1991, p. 34).

Dessa citação, destacamos dois termos: equilibrar e amor. O primeiro termo, assim como jogo de cintura, utilizado em outros trechos da matéria, pode ser interpretado como encontrar as melhores maneiras de não alterar os privilégios masculinos. Portanto, como afirmado anteriormente, o “novo homem” é uma construção que busca apresentar uma nova masculinidade, com expressões mais brandas para perpetuar o patriarcado.

Já com relação ao segundo termo destacado, amor, associado em algumas passagens à compreensão, é preciso destacar que esse emerge no imaginário social como uma construção social e cultural pautada na subordinação feminina e na manutenção / reprodução da lógica patriarcal, estabelecendo uma relação afetiva que perpetua as representações sociais

masculinas e femininas, de maneira a garantir as estruturas patriarcais e consolidando-se como um elemento importante que invisibiliza e silencia as violências patriarcais.

O reforço das representações sociais masculinas e femininas é explicitado na próxima citação:

Laércio – Pode ter mesmo um lado cultural, mas há certas atividades que são peculiares da mulher, em relação aos filhos, como escolher a roupa, pentear o cabelo. Eu gosto de ver uma criança bem-arrumada, mas não tenho paciência para organizar as coisas. Agora, tudo o que diz respeito a consertos, mecânico, projetos de uma casa nova, por exemplo, é comigo. Mas não acho que isso seja uma questão de cultura. É mais um atavismo.

Pedro Paulo – E as mulheres, de um modo geral, pensam dessa mesma forma. Elas também se sentem mais à vontade cuidando das crianças do que consertando o carro. Na verdade, elas não se interessam por aprender a consertar o carro (...) (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1991, p. 38).

Em outros trechos, os participantes da conversa apresentam suas percepções sobre a infidelidade masculina, movida pelo desejo e pela dificuldade de conter a virilidade, portanto, perdoável, e a infidelidade feminina, movida pela falta de atenção do marido e pelo amor por outra pessoa, portanto, imperdoável. Além disso, o trabalho feminino é visto por eles como algo que permitiria às mulheres experimentar liberdade e escape do tédio. Compreendemos que a matéria destacada apresenta a confraria do “novo homem”, no qual eles discutem os limites da liberdade feminina, até que ponto é possível afrouxar as amarras patriarcais e o que seria ou não tolerável ceder às mulheres.

Por fim, a seção “O novo homem – a invasão dos mutantes” (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1991) resume as características dessa mutação: novas variações de masculinidade para acomodar a lógica patriarcal, de maneira a disfarçar as práticas e os discursos violentos; aliado a isso, seria uma estratégia para que homens se desvinculassem de obrigações e cobranças, para uma vida mais plena.

(...) Foi buscar novos espaços e deixou um vazio para o homem ocupar, e ele não sabe muito bem o que fazer, mas está tentando. Alguns já conseguem partilhar suas necessidades e carências. Já podem relaxar, enfraquecer, receber. Têm consciência de que perderam como ‘máquina’ – uma máquina de fazer dinheiro, sexo, de manter a autoridade – e não se ressentem disso (...)

(...) O homem pode até se sobrecarregar com isso, mas está experimentando uma satisfação existencial plena. Está sendo mais ele, um indivíduo mais completo (...) (REVISTA CLAUDIA, agosto de 1991, p. 90).

A partir do que foi exposto, é possível afirmar que, diante das transformações nas estruturas sociais e culturais ocorridas na sociedade brasileira, o patriarcado precisou passar por reformulações para acompanhar as mudanças e manter-se em funcionamento. A atuação dos movimentos feministas e das articulações de mulheres promoveram a expansão da garantia de direitos, assim como estabeleceu contestações nos padrões vigentes de feminilidade e de masculinidade. Para adequar-se a esse novo cenário e garantir a vigência do mandato de masculinidade, fez-se necessário criar o “novo homem”, que se mantém patriarcal, buscando recursos para a manutenção dos privilégios, mas que recorre às estratégias consideradas mais polidas e menos explícitas. Resulta disso também a construção de um novo machismo, que se utiliza de ferramentas mais sutis para garantir a subordinação feminina e a perpetuação da lógica patriarcal, como exemplo, a utilização da cultura por meio de recursos menos diretos e menos violentos para justificar as desigualdades, caso das construções discursivas apresentadas na *Revista Claudia* no decorrer da década de 1990.

Considerações finais

A teoria feminista contemporânea e as reelaborações acerca do conceito de patriarcado nos permitem percebê-lo enquanto uma estrutura social, política e cultural que norteia as sociedades humanas, transformando-se e atualizando-se com a finalidade de manutenção da subalternização feminina. Seguindo a lógica expressa por Foucault (1985), frente aos poderes instituídos manifestam-se os contrapoderes, em um movimento de resistência. Dessa forma, em resposta ao poder concedido aos homens pelo patriarcado, vemos o surgimento e o fortalecimento dos movimentos feministas e das articulações de mulheres. E nesse perpétuo movimento, vemos a construção de estratégias para atualização do patriarcado em resposta às conquistas obtidas pelas mulheres. Será justamente nesse movimento de poderes e contrapoderes que situamos o periódico analisado no presente artigo.

Encontramos impressas nas páginas da *Revista Claudia*, na década de 1990, vários discursos sobre um “novo homem”, que não eram exclusivos desse periódico. Desde a década de 1970, sobretudo nas revistas masculinas, já se anunciava um “novo modelo de homem”. A produção desses discursos tentou acompanhar as mudanças sociais provocadas pelos movimentos feministas, buscando construir a imagem de um homem gentil, cordial, compreensivo e que aceitava a libertação feminina. Na *Revista Claudia* não foi diferente, porém,

esses discursos não eram voltados para os homens, mas sobre os homens para as mulheres. Afinal, são elas que vão também legitimar e aceitar esses novos comportamentos, nos permitindo perceber que os dois grupos sociais podem ser vistos como agentes de perpetuação da lógica patriarcal.

Dessa forma, a ideia de libertação não pode ser confundida com liberação, pois percebe-se nos discursos que as mulheres não se libertaram das amarras do sistema patriarcal, sendo parcialmente “liberadas” para ocupar novas posições sociais à sombra ou sob a vigilância dos homens. Quando a revista afirmou que esse “novo homem” não era machista e estava ao lado da sua mulher, vendeu-se a ideia de que as estruturas de dominação foram rompidas. Entretanto, os discursos veiculados legitimaram uma sociedade patriarcal ao criar um verniz sobre essas mudanças, ou seja, os homens não exerceram mais seu machismo e dominação de forma explícita como em tempos anteriores, mas através de sutis mecanismos de dominação. Com isso, destacamos a importância dos estudos historiográficos e da análise das mais diversas fontes como forma de historicizar o patriarcado, suas diferentes facetas e as diversas estratégias para atualização e perpetuação da subalternização feminina.

Referências

- CESTARI, Mariana Jafet. *A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Petrópolis: Vozes, 2011
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.
- LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG / IUPERJ, 2004.
- PAREDES, Julieta. *Para descolonizar el feminismo*. La Paz: Feminismo Comunitario Abya Yala, 2020.
- PAREDES, Julieta. *Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In. SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Etnográfica Press, 1995.

VOKS, Douglas J. *Reconfigurações de uma masculinidade hegemônica nas páginas da revista Playboy* (Brasil: décadas de 1980 e 1990). Tese (Doutorado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Fontes

REVISTA CLAUDIA, ano 31, n. 354, março de 1991.

REVISTA CLAUDIA, ano 31, n. 359, agosto de 1991.

REVISTA CLAUDIA, ano 35, n. 407, agosto de 1995.